



Prefeitura Municipal de Ananindeua Controladoria Geral

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Protocolo nº 404/2018-SEPOF, referente ao **2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 01/2016**, firmado com a empresa **R E A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – CNPJ: 04.203.287/0001-08 – cujo o objeto é locação de veículos. O valor total é de R\$ 48.956,91 (quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e um centavos)**. Lembrando que o termo aditivo teve reajuste de valor pelo índice do IPC-A (IBGE). Termo de Aditivo encontra-se autorizado pelo Ordenadora de Despesa, prazo de vigência inicia em 02 de fevereiro de 2018 e encerra-se em 03 de fevereiro de 2019. Conforme informações contidas nos autos. Com base nas regras insculpidas pela(s) Leis n.º 10.520/02 e nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido **Termo de Aditivo** encontra-se:

- () Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- () Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s):
- () Com irregularidades de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o **Termo de Aditivo** supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Ananindeua-Pa, 16 de fevereiro de 2018

Ana Carla Monteiro Gomes

Analista - Controle Interno